



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA
III REUNIÃO ORDINÁRIA DE MINISTROS
DOS ASSUNTOS DO MAR DA CPLP**

**“O diálogo multisectorial para a expansão da economia azul num
quadro de cooperação e uso sustentável dos mares e oceanos”**

**Díli
18 de maio de 2016**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

Excelências

Senhor Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro da Agricultura e Pescas

Senhores Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar da CPLP, e seus representantes

Senhor Secretário Executivo da CPLP

Colegas Membros do Governo

Exmos. Senhoras e Senhores

Membros das Delegações dos Estados-Membros e do Secretariado Executivo da CPLP

Representantes dos Observadores Associados da CPLP

Representantes do Corpo Diplomático e da Sociedade Civil

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande satisfação que Timor-Leste acolhe mais uma reunião setorial no âmbito da Presidência rotativa da nossa Comunidade. Gostaria, por isso, de agradecer aos ilustres Ministros dos nossos países irmãos, aos seus representantes assim como às respetivas delegações, a participação nesta terceira reunião que versa sobre um tema tão crucial como este dos assuntos do mar e do oceano.

Espero que, dentro da vossa disponibilidade – e porque têm sido dias intensos – tenham conseguido contemplar um pouco do nosso país e da sua beleza natural, onde incluo sem dúvida a cor e a paz das águas do mar que nos rodeia.

E o mar é de tal forma imenso que o território marítimo ocupa mais de 70% do nosso planeta Terra, ou se quisermos, do “planeta azul”. Por isso, não pode, nem deve, ser de forma alguma descurado.

O quadro internacional, regional e nacional dos assuntos do mar é atualmente marcado quer pela sedimentação da importância de questões clássicas tradicionalmente associadas ao mar, quer pela emergência de novos desafios globais decorrentes do processo de globalização e da constante inovação tecnológica.

A, cada vez maior, interdependência política, económica, social e militar dos Estados, resultado da maior complexidade das relações internacionais, implica também um aumento da troca de bens e informações, decorrentes de um dos princípios mais antigos regulador das relações entre os Estados: o princípio da liberdade dos mares. Ora, este princípio de liberdade em que assenta a economia global, potencia de tal forma as transações comerciais por via marítima que estas representam 90% do comércio mundial.

O mar encerra, nos seus recursos vivos e não vivos, um enorme potencial. Este conjunto de potencialidades, a que se juntou a crescente escassez dos recursos em terra, despoletou nos Estados um maior interesse, sobretudo no que respeita à expansão da sua jurisdição pelo mar adentro.

Resultado do trabalho de investigação científica e das novas técnicas de exploração do mar, os Estados tomaram consciência da importância do alargamento da plataforma continental, procurando aumentar a sua jurisdição sobre a Área que tradicionalmente seria património comum da humanidade.

Para as nações, tão importante quanto a sua área territorial é a jurisdição que podem exercer sobre o mar, como sobre o solo e subsolo marinhos que lhe são pertença. Todos os países devem sobre eles exercer os seus direitos de soberania de forma a poderem explorar e tirar partido dos recursos naturais vivos e não vivos.

Claro que toda esta exploração do mar obriga a que haja uma preocupação global pela regulamentação destes assuntos, que são para todos desafios e não podem ser ignorados. Os assuntos do mar devem ser abordados de forma transversal e multissetorial dada a sua atuação nas áreas da defesa e segurança, ambiental, científica, tecnológica, social e económica.

Os Estados têm, também, a preocupação e a obrigação de zelarem pelo princípio da utilização do mar para fins pacíficos. A prática de exercícios militares ilegais, o uso do mar para o tráfico de seres humanos, armas e substâncias ilícitas, pela pirataria, pelos assaltos a navios e pelas capturas excessivas de pescado, através de meios de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, põe em causa este princípio.

A nível internacional tem havido um esforço para dar resposta a estas questões e desafios globais. Refiro-me, por exemplo, ao trabalho que tem vindo a ser feito, em sede de regulamentação internacional, com a adoção de diversas convenções internacionais relacionadas com os assuntos do mar, com a intervenção da Organização Marítima Internacional e com a adoção do novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que visa promover a conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Há, também, que realçar o importante papel que tem sido desempenhado pelo Tribunal Internacional dos Assuntos do Mar, que este ano completa 20 anos de existência, e cujo Presidente se encontra neste momento em Timor-Leste para participar na Conferência Internacional de Díli, que se realiza amanhã.

Excelências,

O mar tem, por isso, uma importância crucial à escala global e que se repercute igualmente ao nível nacional, regional e da nossa Comunidade. As diferentes estratégias de cooperação regional, no que concerne aos assuntos marítimos, nomeadamente em termos de segurança marítima, de combate à pesca ilegal, luta contra a pirataria, de parcerias na proteção do ambiente e da biodiversidade, são transversais a todas as áreas do mundo.

Na ASEAN, por exemplo, estes assuntos, para além de serem centrais na agenda interna desta Organização, são também discutidos no Fórum Regional da ASEAN, onde Timor-Leste recentemente teve a oportunidade de participar.

Ora, sendo nós países costeiros, a CPLP, no conjunto das nossas respetivas jurisdições, representa mais de 7.5 milhões de km² nos 3 oceanos onde está representada. Ainda que fisicamente sejam os mares que nos separam, são também os mares que os unem pelo seu significado histórico e cultural. O facto de alguns de nós serem ilhas ou até, como Timor-Leste, uma “meia-ilha”, faz com que haja, a vários níveis, uma dependência do mar.

A estabilidade global e a das nossas nações depende da segurança marítima e do combate às ameaças que se apresentam sob várias formas, como já vimos. É por isso fundamental que haja uma gestão adequada dos recursos, respeitando os princípios de soberania dos Estados, para que haja um real desenvolvimento sustentável que contribui para o fortalecimento da economia dos nossos países.

Assim, os assuntos do mar tornaram-se cada vez mais áreas estratégicas de desenvolvimento e cooperação, como ficou comprovado com a institucionalização destas reuniões setoriais, em 2010, sobre a Presidência Portuguesa e com a aprovação da Estratégia da CPLP para os Oceanos.

Nela constam as bases fundamentais para o nosso desenvolvimento e aprofundamento como Comunidade através do mar, e estão refletidas as prioridades estratégicas e áreas setoriais de governação em que, pela sua ligação ao mar, devemos apostar.

A sua visão holística e transversal levou Timor-Leste a aceitar, no âmbito da sua presidência, o desafio de liderar o processo de criação de um Plano de Ação para a implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos. Um Plano que privilegia a cooperação bilateral e multilateral e que conjuga o compromisso global compreendido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 e 17, reforçando a parceria global, a conservação e utilização dos oceanos para o desenvolvimento sustentável.

Acredito que este Plano, resultado do repto lançado o ano passado por ocasião da II Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar, embora sujeito a discussão, possa vir ainda hoje a ser aprovado por Vossas Excelências.

Excelências,

Para nós timorenses, sendo Timor-Leste um Estado “meia-ilha”, os assuntos do mar são de crucial importância. Como sabem, estamos a lutar para, à luz do direito internacional e da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, delimitar de forma definitiva as nossas fronteiras marítimas para podermos assegurar a nossa soberania plena.

É fundamental que os países conheçam as suas fronteiras, terrestres e marítimas, para poderem usufruir do seu potencial e diversificar a sua economia através de atividades piscatórias, do desenvolvimento do turismo e dos seus recursos não vivos.

A nossa soberania plena é fundamental para aproveitar o potencial da economia do mar a favor dos seus povos, contribuindo de forma muito direta e imediata para a sua alimentação e para a segurança alimentar e para a sustentabilidade a médio e longo prazo.

A delimitação definitiva das fronteiras marítimas é de facto uma prioridade nacional para Timor-Leste mas os assuntos do mar não se esgotam aqui.

O Governo está empenhado na criação de uma Autoridade Marítima Nacional que seja capaz de assegurar a governação ao nível da segurança e proteção marítimas. Iniciámos o projeto para a construção do novo porto de Tibar, com o desenvolvimento do setor a merecer o nosso foco de forma a assegurar o cumprimento das normas internacionais de segurança e a permitir que Timor-Leste beneficie da sua posição estratégica – situado na confluência de importantes rotas marítimas internacionais entre o oceano Pacífico e o oceano Índico – podendo vir a ser um ponto estratégico no Sudeste Asiático.

Estamos também a estudar meios de cooperação com países vizinhos para dar resposta às questões relacionadas com a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Aprovámos, no ano passado, as bases legais para dar cobertura a áreas marinhas protegidas, destinadas a salvaguardar a biodiversidade marinha e ambiental, que é uma das nossas maiores riquezas e a atração de muitos turistas.

E muito recentemente, há muito poucos dias e já do âmbito desta Reunião, lançamos juntamente com a Sociedade Civil uma campanha nacional contra o lixo marinho e que pretendemos ter de bandeira para as nossas gerações futuras.

É também importante consciencializar as novas gerações para o potencial e a importância transversal do mar nos nossos países e no mundo, sobretudo para nós que somos nações marítimas e em que grande parte dos nossos recursos se encontram no mar.

Excelências,

A realização desta III Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar não poderia ser mais oportuna e que se junta a uma semana plena de acontecimentos importantes para Timor-Leste.

Amanhã, os Ministros da Defesa da CPLP reúnem-se para tratar um dos mais importantes eixos da nossa cooperação, Díli acolhe também uma conferência internacional sobre fronteiras marítimas e o Direito do Mar.

Dia 20 de maio comemoramos, com muito orgulho, a Restauração da nossa Independência, que nos conduziu ao país que somos hoje e que por isso estamos aqui presentes.

Por isso, queria reiterar os meus agradecimentos pela vossa presença. Faço votos para que tenham um profícuo dia de trabalho e desejo-vos um bom regresso a casa!

Muito obrigado.

18 de maio de 2016
Dr. Rui Maria de Araújo